

Capa
Carlos Leonardo Pujol Flores

Editoração Eletrônica e Composição
Kely Moreira Cesário
Daiane Lourenço

Impressão e Acabamento
Nova Letra Gráfica e Editora

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Bibliotecária Responsável – *Ilza Almeida de Andrade* CRB 9/882

M961 Múltiplas geografias: ensino – pesquisa – reflexão / Alice Yatiyo Asari, Ideni Terezinha Antonello, Ruth Youko Tsukamoto (organizadoras); apresentação Maria Lucia de Amorim Soares. – Londrina : AGB/LONDRINA, 2004.
xiv, 84p.; 21 cm

Vários autores.

ISBN 85-98054-02-X

1. Geografia – Estudo e ensino. 2. Mapas – Estudo e ensino. I. Asari, Alice Yatiyo. II. Antonello, Ideni Terezinha. III. Tsukamoto, Ruth Youko.

CDU 911:37.02
528.9:37.02

Programa Editorial do Curso de Especialização em Ensino de Geografia da Universidade Estadual de Londrina.

As opiniões e posições assumidas nos diversos trabalhos são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional
Impresso no Brasil / Printed in Brazil

2004

AO LEITOR

Apresentamos a publicação **Múltiplas Geografias: Ensino – Pesquisa – Reflexão**, que traz à tona uma variedade de artigos resultado das monografias concluídas do Curso de Especialização em Ensino de Geografia da Universidade Estadual de Londrina.

Ao longo de quinze anos, foram elaboradas mais de uma centena de monografias relacionadas ao ensino de Geografia. Estes números representam o esforço de alunos e professores do Curso de Especialização em pesquisar as variadas facetas do ato de ensinar, e, ao tornar público parte delas, objetivamos contribuir para a melhoria do ensino de Geografia e socializar as experiências vivenciadas, sob a forma de artigos.

Muitos colaboraram para a elaboração desta publicação. Os artigos representam a concretização de uma monografia, o que seguramente deve ter exigido longas horas de colóquios com o orientador, a leitura e análise de artigos sobre a temática abordada, a pesquisa empírica, entrevistando alunos dos mais diversos graus de ensino e professores, que possibilitaram a finalização do trabalho. É uma resposta aos nossos pares, já que usufruímos da estrutura de uma universidade pública que deve cumprir uma função social que se resume em: formação de cidadãos que objetivem a transformação da sociedade.

Agradecemos ao corpo docente do Curso de Especialização

_____. Considerações sobre a percepção da paisagem geográfica. *Cadernos de Geografia*. Belo Horizonte, v. 5, n.6, p. 21-26, dez. 1994.

WISSENBACH, Vicente; TSURUMO, Vivaldo. *Paisagismo*. São Paulo: projeto editores associados, 1978, v. 5, p. 155.

WENZEL, Myrthes de Luca. A educação de jovens adultos e adultos. *Tecnologia Educacional*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 83/84, p. 21-26, jul./out. 1988.

A CATEGORIA PAISAGEM NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Liz Andréia Giaretta*
Ideni T. Antonello**

O presente artigo é fruto da pesquisa desenvolvida junto ao curso de Especialização em Ensino de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, denominada "A Literatura Infantil como instrumento pedagógico no ensino de Geografia". Essa pesquisa se constituiu na apresentação de uma proposta metodológico-pedagógica, aliando a Geografia à Literatura Infantil, em busca de contribuir na formação dos alunos e na prática pedagógica dos docentes de 1ª a 4ª séries.

O objetivo principal da proposta foi criar uma nova alternativa de trabalhar os conteúdos da Geografia por meio da linguagem literária infantil, com o intuito de levar os alunos a compreenderem de forma mais ampla a realidade em que vivem e, conseqüentemente, envolverem-se com a Geografia.

Para atingir esse intuito, foi selecionada a coleção de Literatura Infantil intitulada "Retratos de Família" de autoria de Rosaly Braga Chianca e Leonardo Chianca (editora Ática, 1997). A escolha dessa obra ancorou-se na concepção dos autores de alinhar o texto narrativo ao informativo e, principalmente, em função da presença marcante do caráter geográfico do seu texto,

* Especialista em Ensino de Geografia.

** Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina.

possibilitando uma variedade de trabalhos didáticos junto aos alunos. Além disso, na totalidade da obra, fica evidenciado o olhar geográfico através da leitura das imagens que representam paisagens do espaço urbano e rural.

Nesse contexto, a partir das reflexões teóricas realizadas para a concretização da investigação, emergiu a necessidade de uma revisão da literatura geográfica sobre a categoria paisagem, a qual é parte integrante e fundamental da coleção de Literatura Infantil, elencada na pesquisa. Isso ocorreu porque a categoria paisagem mostrou-se adequada para o ensino de Geografia nas séries iniciais, por se apresentar acessível aos alunos dessa etapa da escolarização.

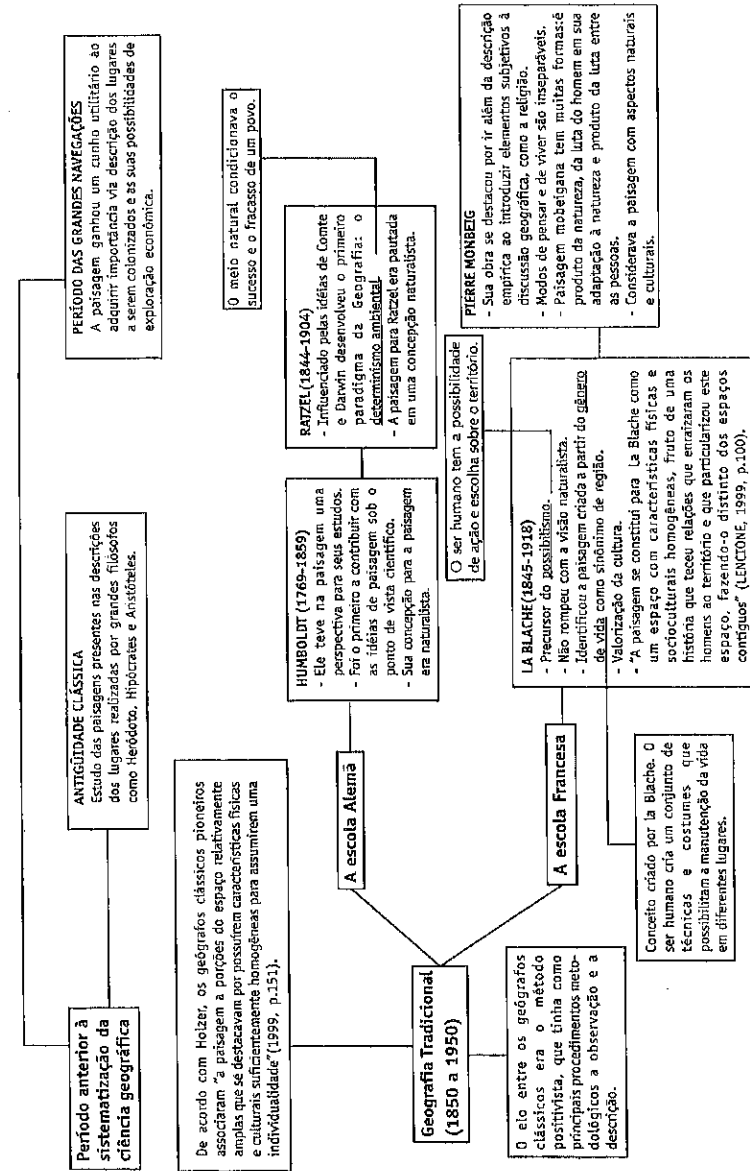
Nesse sentido, este artigo constitui-se no resultado obtido com a pesquisa desenvolvida para a produção da fundamentação teórica que alicerçou a realização da proposta metodológico-pedagógica para o ensino de Geografia.

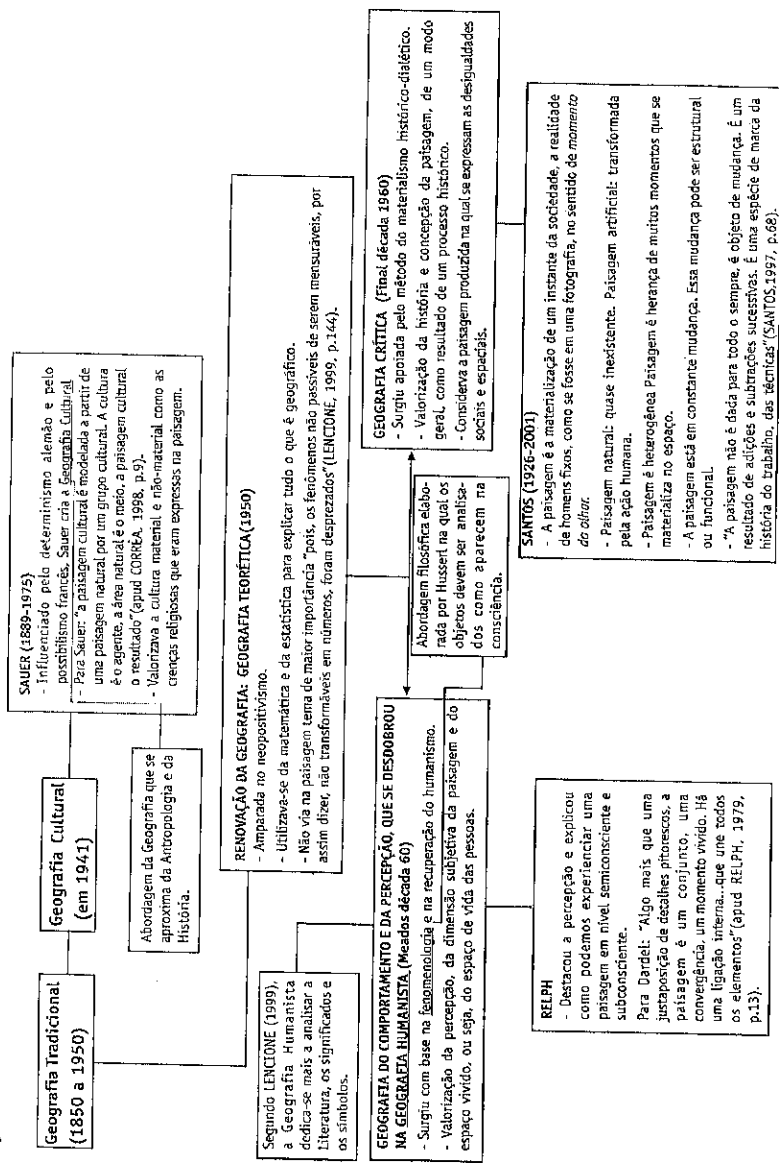
Ressalta-se que o seu intuito é contribuir para a reflexão teórica da categoria paisagem e que o seu desenvolvimento ocorreu a partir de uma pesquisa bibliográfica que proporcionou abarcar as diferentes concepções da categoria paisagem ao longo da trajetória do pensamento geográfico.

1. AS CONCEPÇÕES DA CATEGORIA PAISAGEM NAS PRINCIPAIS ABORDAGENS DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Salienta-se que, para contemplar e abarcar as diferentes abordagens do pensamento geográfico e capturar e analisar a concepção de paisagem que emerge em cada qual, debruçou-se sobre os principais estudiosos que tiveram destaque ao longo da trajetória do pensamento geográfico. Essa trajetória encontra-se sistematizada na Figura 1.

Figura 1. A construção histórica da categoria paisagem





Pode-se observar na Figura 1 que, mesmo antes de ocorrer a sistematização do conhecimento geográfico, os estudos sobre a paisagem estavam presentes na descrição dos lugares realizada pelos filósofos da Antigüidade Clássica. Posteriormente, na época das Grandes Navegações, o desenvolvimento do comércio marítimo e as conquistas de novas terras revelaram uma diversidade de lugares no mundo. Com isso, a paisagem ganhou importância via descrição das áreas a serem colonizadas com o intuito de relatar suas possibilidades econômicas.

No entanto, é a partir de 1850 que a Geografia estabeleceu, entre outros aspectos, a maior parte das bases teóricas para a concepção científica da paisagem. Foi na Alemanha, em meados do século XIX, que se formaram as abordagens iniciais do pensamento geográfico. Humboldt foi o primeiro a contribuir com as idéias de paisagem sob o ponto de vista científico. Seus estudos, sobretudo os da vegetação, eram elaborados a partir da concepção científica da paisagem. Os interesses de Humboldt estavam voltados para os estudos da paisagem natural, devido à sua formação naturalista. Assim, ele estudava, por exemplo, a relação entre o ambiente e a vegetação, o clima e as formas de relevo. Ele reconhecia o ser humano e como se dava a organização do território por ele, porém não o considerava como agente modificador e integrante da paisagem.

Convém salientar que as formulações da Geografia Clássica e o pensamento de todos os geógrafos tradicionais manifestam-se claramente embasados no positivismo de Comte, que entendia como único método científico o das ciências naturais. Darwin também contribuiu para essas formulações, no momento em que a sua concepção de que na natureza sobrevivem os mais adaptáveis, isto é, os mais fortes, foi apropriada pelas ciências sociais, e conseqüentemente pela Geografia. Dessa forma, a sua idéia de seleção natural das espécies se tornou a base teórica de explicação dos diferentes graus de desenvolvimento das sociedades, delegando aos fenômenos físicos a função

determinante de desenvolvimento ou não de uma população. O método positivista constituiu-se como o elo entre os geógrafos clássicos.

Em fins de 1880, na Alemanha, Passos (1998) afirma que Friedrich Ratzel, desenvolveu o conceito de "espaço vital", ancorado na concepção do determinismo ambiental, influenciado pelas idéias de Augusto Comte e de Charles Darwin. A disseminação e a sedimentação das idéias de Ratzel consolidaram o determinismo ambiental como a primeira abordagem a caracterizar a Geografia, que se institucionalizou como disciplina acadêmica.

Essa abordagem caracterizava-se por explicar os mecanismos da sociedade pelos mesmos da natureza, indicando que os aspectos sociais estão subordinados aos aspectos naturais. As contribuições de Ratzel à concepção de paisagem eram pautadas na linha da abordagem determinista ambiental. Portanto a sua concepção de paisagem é de paisagem natural.

Não é somente sob o determinismo ambiental, porém, que a Geografia Clássica afirmou-se como ramo específico do conhecimento. Surgiu na França, como reação ao paradigma alemão de Ratzel, o possibilismo, que entendia o ser humano como sendo capaz de transformar a natureza pela sua atuação sobre o território natural.

O possibilismo continuou considerando a relação entre o homem e o meio natural, mas não o fez tendo a natureza como determinante do comportamento humano. A natureza era, nesse paradigma, fornecedora de possibilidades para que o ser humano a modificasse por meio de técnicas, hábitos e costumes que o permitiam utilizar os recursos naturais disponíveis a seu favor, valendo-se da sua liberdade de escolha de encontrar alternativas para se relacionar com o meio.

Um geógrafo de grande destaque na França foi Paul Vidal de la Blache, precursor do possibilismo. Ele estudava a região e também a paisagem sem romper com a visão naturalista, porém identificou a paisagem construída pela ação do ser humano como sinônimo de região. Tal constatação pode ser visualizada a partir

do conceito de gênero de vida desenvolvido por ele, o qual é fruto da interação do ser humano com o meio ao se adaptar para viver em diferentes lugares do mundo. Nessa adaptação, o ser humano criava um conjunto de técnicas e costumes que proporcionava a manutenção da vida nesses lugares, materializando no espaço a sua identidade, a qual estava imbuída do gênero de vida. Em conseqüência, criava uma paisagem culturalmente singular, desencadeando as diferenças regionais, pois, na temporalidade vivenciada por la Blache, na Europa, particularmente na realidade rural francesa, as características de cada região foram sendo construídas ao longo do tempo e, assim, os traços do passado poderiam ser duradouros. O espaço criado a partir das atividades se mantinha durante muito tempo, dando a impressão de imobilidade, daí surgir a idéia de que a paisagem como resultado dos gêneros de vida confundia-se com a concepção de região.

Passos (1998) avalia que Vidal de la Blache formou uma escola geográfica, tanto pelo modo de fazer Geografia quanto pelo fato de ter tido seguidores. Um desses seguidores foi Pierre Monbeig, geógrafo, formado na escola francesa, e um dos fundadores da Geografia científica brasileira, que nasceu em 1934, influenciada pelo pensamento vidalino.

Monbeig era um geógrafo do entre-guerras mundiais e fez parte de um período de transição, no pensamento geográfico, que culminaria nas bases para o desenvolvimento da Geografia contemporânea.

A análise da paisagem era central no pensamento geográfico monbeigano, contudo a sua obra destacou-se por introduzir outros elementos que enriqueceram a discussão geográfica, como as atitudes subjetivas, por exemplo, de grande importância para a compreensão do modo de ocupação do espaço. A obra de Monbeig, ao se preocupar com elementos da Geografia cultural como a religião, por exemplo, revelava um dos aspectos da riqueza da Geografia Clássica que demonstrava a passagem para uma disciplina moderna.

De acordo com Silva (2002), ele entendia que o campo de estudo do geógrafo é a paisagem, e o domínio do geógrafo é, primeiramente, o que se pode ver, mas também o que se pode sentir, como o ar, os ventos e os cheiros. Cabe ao geógrafo perceber também na paisagem a cultura, a subjetividade e as estruturas sociais, pois a paisagem é o reflexo das civilizações e evolui com elas.

A paisagem monbeigana tinha muitas formas. Ela é produto da natureza, da luta do ser humano em sua adaptação à natureza e também produto da luta entre as pessoas. Monbeig considerava que a Geografia define, localiza e explica as diferentes paisagens da Terra. Paisagens que são constituídas por aspectos naturais e também culturais. A cultura expressa na paisagem vinculava-se à atuação do ser humano sobre o meio que, pelo seu trabalho, o transforma, criando uma paisagem produzida. A paisagem, a seu ver, era um fato geográfico que só se explica em sua complexidade, e a função do geógrafo é decifrar esse complexo geográfico do qual a paisagem faz parte.

As contribuições dos geógrafos franceses para o desenvolvimento da ciência geográfica são fundamentais para se compreender o processo histórico do pensamento geográfico, particularmente, da concepção de paisagem. Contudo é preciso destacar a Geografia norte-americana. Conforme afirma Moraes (1987) na década de 1930, surgiu na Califórnia, nos Estados Unidos, uma importante abordagem, a qual se aproximava da Antropologia e da História, denominada Geografia Cultural, sendo seu maior precursor Carl Ortwin Sauer. Esse autor propunha o estudo das paisagens culturais ou a análise das formas que a cultura de um povo cria ao organizar o meio em que vive.

A paisagem para Sauer era um conceito fundamental da Geografia. Ao entender que: A paisagem cultural ou geográfica resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural. Nas palavras de Sauer: "A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura

é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado" (apud CORRÊA; ROSENDAHL, 1998, p. 9).

Os estudos corológicos propostos por Sauer consideravam que a paisagem geográfica é o resultado da ação, no decorrer do tempo, da cultura humana sobre a natureza modificando a paisagem natural em cultural. A paisagem cultural se revela, então, na forma de campos, caminhos, igrejas, casas com seus estilos e cores, sendo a cultura e a história os fatores principais dessa modificação. Essas modificações se dão, principalmente, em relação às tecnologias como o uso do fogo e a hidráulica, mas também em relação à cultura não-material, ou seja, as crenças religiosas, sistemas legais e políticos.

A partir desse momento, Sauer passou a propor o estudo comparativo de áreas culturais e a compreensão de como elas se diferenciavam entre si, tendo em vista a natureza histórica da cultura definida como uma série de hábitos de um determinado grupo em um dado lugar e momento do tempo.

Para Sauer, a paisagem natural era considerada a área anterior à introdução da ação humana e tinha sua importância ao fornecer os materiais com os quais a paisagem cultural era formada, porém, a força que modelava a paisagem cultural estava na cultura.

Observa-se que o conceito de paisagem na Geografia desenvolveu-se pautado, primeiramente, na concepção naturalista, com uma dimensão objetiva, isto é, a noção de paisagem vinculada ao visível, observável para capturar a forma natural, constituindo-se na paisagem natural. Posteriormente, em função da própria transformação acentuada da paisagem natural, originou-se o conceito de paisagem cultural. Salienta-se que se pode considerar, em um primeiro momento, que a paisagem cultural apresentava um cunho objetivo, pois era apreendida a partir das formas construídas pelo ser humano, as quais expressavam a cultura. Entretanto, verifica-se um contraponto com o surgimento de estudos voltados para a percepção, considerando a dimensão subjetiva da paisagem cultural. A dimensão subjetiva, por sua

vez, busca capturar a paisagem a partir da percepção do sujeito social, do seu "mundo vivido".

Pode-se considerar que, a despeito do processo de globalização econômica, desencadeado a partir década de 1980, ao contrário do que se supunha sobre a uniformização cultural do planeta, ainda existem diferenças culturais que proporcionam a continuidade dos estudos desenvolvidos pela Geografia Cultural e dos debates que derivam de seus pressupostos.

Na construção histórica do pensamento geográfico, cabe destacar um outro momento de fundamental importância para a evolução da ciência geográfica, que se constituiu em uma contraposição às abordagens que fundamentaram teórica e metodologicamente a Geografia denominada Clássica. Essa situação desencadeou uma crise que resultou no movimento denominado de renovação da Geografia, em meados da década de 1950. Porém, no Brasil, só ganhou voz na década de 1970 do século passado.

O resultado dessa crise, de acordo com Lencione (1999), cristalizou-se na formação da abordagem geográfica denominada Nova Geografia ou Geografia Teorética. Na Geografia Teorética ocorreu um esforço em inovar, porém a grande crítica imposta a essa abordagem é que, na verdade, ela não revolucionou antigas proposições da ciência geográfica baseadas no positivismo. Os geógrafos que a desenvolveram alicerçavam-se no neopositivismo ou no positivismo lógico e passaram a considerar pertinentes somente os enunciados científicos passíveis de verificação.

Ademais, toda a década de 1960 foi marcada por importantes transformações socioeconômicas e culturais, que demandavam a necessidade de refletir acerca do progresso e do desenvolvimento socioeconômico. Essas reflexões, por sua vez, conduziram a uma série de críticas em relação aos contrastes entre a riqueza e a pobreza da sociedade e dos países, fruto de um crescimento desordenado e desigual. A Geografia também sofreu influência dessas críticas à medida que passou a preocupar-se com maior ênfase em relação aos aspectos sociais.

Nesse contexto, alguns geógrafos radicalizaram e foram buscar novas fontes teóricas para apreender a realidade, destacando-se a influência da fenomenologia e do marxismo. Ambas, de diferentes maneiras, acentuavam a preocupação social da qual a Geografia estava imbuída naquele momento, pois se contrapunham à Geografia Teorética.

A fenomenologia é uma abordagem filosófica, influenciando o pensamento de alguns geógrafos que incorporaram em seus estudos a dimensão psicológica. Esses estudos passaram a discutir, principalmente, o comportamento do ser humano diante da natureza e a importância da estética e do imaginário.

A partir da influência da fenomenologia, passou a ocorrer na Geografia a recuperação do humanismo, que havia desaparecido na Geografia Teorética, além de firmar uma visão antropocêntrica do mundo, recuperar a dimensão social e cultural, valorizar a história e o mundo vivido.

O humanismo trouxe a preocupação com o espaço vivido, aqui entendido como o espaço que as pessoas conhecem de forma intuitiva, o espaço de vida das pessoas de acordo com o lugar que elas ocupam na sociedade e na divisão do trabalho. Ela também colocou no centro de análise a categoria lugar, porém a categoria paisagem ganhou importância em vários estudos de pensadores adeptos dessa abordagem.

Nesse sentido, cabe destacar a brilhante contribuição de Edward Relph (1979), que em seu estudo sobre as bases fenomenológicas da Geografia discorreu sobre alguns ângulos e modos de experienciar as paisagens a partir das idéias defendidas por Dardel.

Para Relph, não existe experiência ambiental que não seja, em algum sentido, uma experiência de paisagem. Para o autor, a paisagem é uma experiência dinâmica e cheia de significados que variam de acordo com o momento vivido pelo sujeito social. Esses significados, por sua vez, mudam constantemente e os aspectos que se associam a eles, como cheiros, sons, aparências, são partes que integram a sua experiência.

Relph explicou as formas de experiência que se pode vivenciar nas paisagens como: subconsciente e semiconsciente. Na experiência subconsciente confere-se uma série de propriedades e valores simbólicos a uma paisagem imediatamente presente. Nesse sentido, pode-se experienciar uma paisagem em que exista uma baixada como algo mal.

Na experiência semiconsciente, por sua vez, a paisagem pode criar inúmeras respostas de acordo com as atitudes que se tem para com ela, mas dois componentes podem ser mais identificáveis nessas múltiplas experiências, a paisagem como obra de arte e a paisagem como instrumento.

A paisagem como obra de arte propicia experiências estéticas. Em cada uma dessas experiências o que importa são o caráter ou o arranjo dos materiais e formas e não eles em si mesmos. Assim, o turista ao observar uma paisagem onde há um rio de águas límpidas, com uma vegetação luxuriante em sua margem, vai experienciá-la como se fosse uma obra de arte, isto é, atento para a estética.

No entanto, mesmo que ocorram distrações, por exemplo, vários mosquitos que o impeçam de observar a paisagem como se estivesse observando uma obra de arte em um museu, ele vai experienciá-la subjetivamente.

A paisagem como instrumento responde em termos de sua utilidade. Dessa maneira, as matérias e formas ficam em segundo plano, sendo importante o seu significado de ser um instrumento da existência humana e da sua ligação com a terra, no que se refere às realizações, enquanto que o significado da utilidade se refere a tudo o que tem a ver com a manutenção da vida.

Assim, por exemplo, a paisagem experienciada esteticamente pelo turista vai ser experienciada de uma maneira diferente pelo ribeirinho. Para o ribeirinho, o rio de águas límpidas e a vegetação luxuriante em sua margem são meios de manutenção da sua vida, pois são deles que ele retira os alimentos que precisa e onde ele realiza seu trabalho diário. Mesmo que aprecie

esteticamente essa paisagem, ela terá um significado de acordo com o seu mundo vivido, ou seja, de uma paisagem como instrumento que serve como meio de existência e reprodução de sua vida.

No entanto, embora ambas as formas de experienciar as paisagens sejam relevantes para o ser humano, existe uma que é talvez a mais importante, a experiência do *inscape*, ou seja, a experiência com paisagens particulares, isto é, paisagens que possuem suas próprias características, seu próprio espírito íntimo, conforme definiu Relph (1979), amparado em Hopkins. Somente essa experiência proporciona realmente profundidade e significado às paisagens. Nesse sentido, entende-se que as paisagens reproduzem um conjunto de significados diferentes para cada ser humano, conforme as suas intenções, além de como se apresenta a paisagem natural (natureza) no espaço.

Uma outra abordagem que se destacou, no final da década de 1960, no bojo das discussões disseminadas pela Geografia Teórica, foi a crítica, que surgiu apoiada no método do materialismo histórico e dialético. Essa abordagem geográfica, de inspiração marxista, passou a estudar o passado a fim de entender o presente e pautou-se em uma visão crítica para propor mudanças que penetrassem na raiz dos problemas sociais.

Os geógrafos críticos passaram a ter um maior comprometimento com os movimentos sociais e políticos com vistas a promover mudanças sociais e a criticar as desigualdades socioeconômicas impostas pelo modo de produção capitalista. Nessa abordagem, a paisagem foi concebida, de um modo geral, como resultado de um processo histórico. Milton Santos, em suas análises, considerou importante estudar a paisagem para entender o espaço geográfico. Aproximando-se de uma visão humanista, ele definia a paisagem como:

Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a

vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc" (SANTOS, 1997, p.61).

Santos (1997) considerava dois tipos de paisagem: a natural e a artificial, essa última denominada de cultural por Sauer. A paisagem artificial é fruto da transformação causada pelo ser humano ao se defrontar com a natureza em uma relação cultural. A paisagem natural é aquela que ainda não fora modificada. Atualmente, a paisagem natural quase não existe mais, e aquelas que ainda existem, embora não sejam tocadas, são objetos de preocupação econômica e política por parte do ser humano. Por exemplo, a criação de parques de preservação ambiental.

Entretanto, ele defendia que o ser humano, ao se defrontar com a natureza, tem com ela uma relação cultural que é política, técnica, entre outros. Por conseguinte, com a produção humana, há a produção do espaço resultado da ação humana sobre os objetos naturais e artificiais. Assim, cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas materiais e imateriais.

No entender de Santos (1997), a paisagem se constitui de um conjunto de formas naturais e artificiais. Quanto mais complexa a vida em sociedade mais artificiais tornam-se as paisagens. No entanto, para transformar o natural em artificial, são necessários instrumentos de trabalho fixos além de possuir o domínio de técnicas, materializadas na tecnologia.

O autor defendia que existe uma relação entre esses instrumentos de trabalho que o homem cria para produzir a paisagem. No passado, os instrumentos de trabalho eram um prolongamento do homem. Hoje são próteses ou acréscimos à natureza, duráveis ou não, imóveis ou móveis como: estradas, pontes, portos, depósitos, sem os quais não se poderia produzir.

A relação que existe entre a paisagem e a produção é que, para cada forma de produzir, necessita-se de um tipo de instrumento de trabalho, e estes instrumentos estão ligados, por

sua vez, à produção, à circulação, à distribuição e ao consumo, o que permite afirmar que as paisagens se organizam em função desses níveis de produção.

As paisagens vão sendo criadas paulatinamente e são uma herança de muitos momentos no decorrer do tempo histórico. São o resultado de uma escrita sobre a outra, um conjunto de objetos com idades diferentes, construídos de acordo com a lógica da produção de sua época.

Segundo Santos, "a paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É o resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas" (1997, p. 68). Em cada momento da história, os modos de produção são diferentes, o trabalho vai ficando mais complexo à medida que ocorrem inovações. Através de novas técnicas, as formas de trabalho são substituídas por outras, porém, mesmo ocorrendo inovações, muitos elementos antigos permanecem.

Nesse sentido, as paisagens sofrem mutações que podem ser estruturais ou funcionais. As transformações funcionais podem ser visualizadas em uma mesma avenida que possui paisagens diferentes de dia e à noite ou de acordo com as estações do ano, devido a sua função. Por exemplo, uma avenida à beira-mar pode ter um grande movimento de carros, pessoas, bares com cadeiras nas calçadas no verão, quando muitos turistas veraneiam ali; e uma paisagem desolada no inverno. Em uma mesma cidade, também há paisagens funcionalmente diferentes graças à divisão territorial do trabalho.

A mudança estrutural se dá pela mudança das formas. Ao se construir um prédio com determinada característica, por exemplo, está se definindo as características de outras construções semelhantes naquele local. A mudança estrutural também ocorre com a adequação de velhas formas a novas funções, por exemplo, uma antiga estação ferroviária que se transforma em um museu ou um shopping.

As formas podem ter um envelhecimento tanto físico quanto social. O envelhecimento físico ocorre quando há desgaste dos

materiais. O envelhecimento social, por sua vez, ocorre quando há desuso ou desvalorização e muda de acordo com a situação política, socioeconômica e cultural. Um exemplo de como ocorre o envelhecimento social corresponde a uma mudança na maneira de construir as residências de alguns povos imigrantes europeus que vieram para o Brasil no início do século XX. Em determinados lugares da Alemanha, devido ao frio intenso, a cozinha era a área social de muitas residências e localizava-se na parte central da casa. Dessa forma, as casas se tornariam melhor aquecidas para suportar os rigores do clima. No Brasil, a existência de um clima mais ameno levou muitos imigrantes alemães a abolirem, em alguns lugares, essa maneira de construir, que ficou em desuso. A cozinha passou a ser construída na lateral ou nos fundos das casas e a não ser mais o cômodo principal com a função que antes desempenhava. Assim, ocorreu um envelhecimento social da maneira de construir, comumente adotada por alguns imigrantes alemães em seu país de origem, aqui no Brasil.

Santos (1997) afirmou que a paisagem é um mosaico que tem um tipo de funcionamento unitário. Pode conter formas viúvas, à espera de uma revitalização, e formas virgens, que são criadas para novas funções. As funções que mais criam formas são bancos, hipermercados, o Estado, shoppings. Fora delas, são poucas as funções que criam novas formas, ocorrendo, então, readaptações, por exemplo, quando uma universidade se instala em um casarão antigo.

Não há paisagem parada. Ela é materialidade formada por objetos materiais e imateriais, sem a materialidade não há relações sociais que são sinônimos de vida (imateriais). A paisagem é diferente do espaço, ela é a materialização de um instante da sociedade, a realidade de homens fixos, parados como se fossem em uma fotografia. Já o espaço é o movimento, a união da sociedade com a paisagem. A maneira como se dá a produção e o intercâmbio entre os homens dá um aspecto diferente à paisagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se observar que, ao longo do processo histórico do pensamento geográfico, a categoria paisagem passou por transformações na sua concepção, conforme a abordagem geográfica dominante em uma determinada temporalidade.

Dessa forma, percebe-se a vinculação direta entre a concepção de paisagem defendida e o domínio exercido por uma abordagem, ou seja, sob a influência do determinismo ambiental a análise da paisagem volta-se para o natural, na defesa de uma paisagem natural. Em contraposição, sob o possibilismo a paisagem passa a ser apreendida a partir da atuação do ser humano sobre o território.

Na década de 1950, com a Geografia Teorética, os estudos sobre a paisagem foram relegados a segundo plano, pois os adeptos dessa abordagem só estudavam aquilo que fosse mensurável.

Por outro lado, perante a abordagem geográfica denominada crítica a concepção de paisagem é trabalhada a partir do modo de produção dominante – o capitalismo, que se materializa no espaço via o desenvolvimento geograficamente desigual, criando e recriando paisagens pautadas na divisão territorial do trabalho. Na Geografia Humanista, aspectos subjetivos como a percepção, o imaginário e a estética são considerados no estudo dessa categoria.

Nesse contexto, considera-se que a categoria paisagem é fundamental para a compreensão da organização espacial e que apresenta possibilidades potenciais para o desenvolvimento da prática pedagógica no processo de ensino-aprendizagem da Geografia.

Além disso, o estudo dessa categoria sempre fez parte dos objetivos da Geografia, embora tenha alternado períodos de menor importância como na década de 1950, com os teoréticos. Porém, na atualidade, o que se observa é uma retomada considerável dos estudos dessa categoria. Para Holzer (1999), isso tem ocorrido,

principalmente, devido à preocupação com questões ambientais, o que tem levado à discussão sobre alguns conceitos importantes, entre eles a paisagem, antes restritos apenas ao ambiente acadêmico, a extrapolar para a mídia passando a fazer parte da preocupação de cidadãos comuns.

Diante do exposto, finaliza-se o presente artigo entendendo que a paisagem é uma das categorias geográficas que se apresenta como uma alternativa possível para a reconstrução da identidade da ciência na atualidade.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 7-11.

HOLZER, Werther. Paisagem, Imaginário, Identidade: Alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 149-167.

LENCIONE, Sandra. *Geografia e Região*. São Paulo: EDUNESP, 1999. p. 31-147.

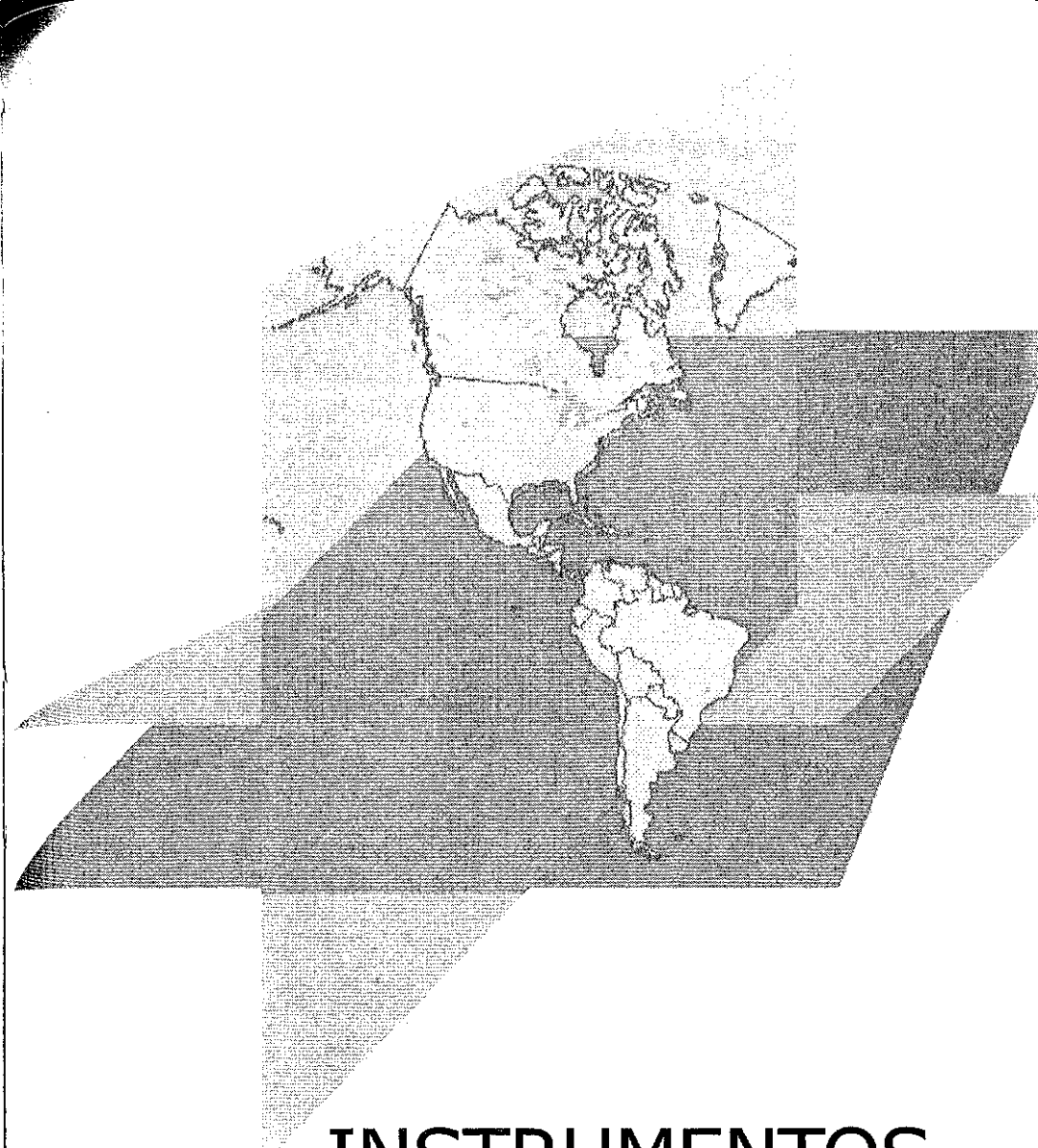
MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia Pequena História Crítica*. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 44-112.

PASSOS, M. M. *Biogeografia e Paisagem*. Presidente Prudente: Edição do autor, 1998. p. 28-65.

RELPH, Edward C. As bases fenomenológicas da Geografia. *Geografia Rio Claro: AGETEO*, vol. 4, n. 7, p. 13-16, abr. 1979.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 61-75.

SILVA, Aldo Aloísio Dantas. Monbeig, paisagem e geografia estigmática. *Mercator Revista de Geografia da UFC*. Fortaleza, ano 1, n. 2, p. 71-78, 2002.



INSTRUMENTOS DE ENSINO DE GEOGRAFIA